

Racionalidade, criatividade e inovação na endogeneidade do desenvolvimento

RESUMO

O presente artigo busca discutir a mudança de concepção sobre o desenvolvimento econômico e social na obra de Celso Furtado. Argumentamos que as dificuldades advindas da elaboração estritamente econômica desses processos, bem como as críticas feitas pelos teóricos da dependência, o fizeram refazer sua base epistemológica tomando como influência os escritos de Max Weber. Assim, Furtado parte de uma teoria do desenvolvimento para uma ciência do desenvolvimento que busca entender o processo de desenvolvimento econômico e social de forma ampla, tendo como conclusão que a solução para superação do subdesenvolvimento reside na busca de meios para ensejar a criatividade dos indivíduos e na inovação tecnológica, o que o autor chamará de endogeneidade do desenvolvimento.

Palavras-chave

Racionalidade. Desenvolvimento econômico e social. Inovação.

ABSTRACT

This article offers a discussion about the changes in the concepts of economic and social development that appeared in the works of Celso Furtado. It argues that the difficulties arising from the strictly economic approach of these processes, as well as from the criticisms made by the theoreticians of dependency, led him to reassess his epistemological base under the influence of the writings of Max Weber. Thus Furtado shifted his focus, from a theory of development to a science of development, which seeks to understand the process of economic and social development from a much broader perspective, ultimately reaching the conclusion that the solution to overcoming underdevelopment lies in finding ways to encourage creativity in individuals and in technological innovation, something the author referred to as the endogeneity of development.

Keywords

Rationality; economic and social development; innovation.

Introdução

Para salientar a relação entre o desenvolvimento econômico e social e o progresso técnico discutiremos dois autores: Raúl Prebisch e Celso Furtado. Prebisch — ao conceber o comércio mundial como a relação entre os países centrais, que dominam a técnica produtiva mais avançada, e os países da periferia, que são em grande medida importadores de produtos manufaturados — deu um passo essencial ao evidenciar que a especialização dos últimos em produtos de baixo valor agregado estrutura uma relação de desigualdades dos preços mediada pelo maior progresso técnico dos produtos dos países que dominam as técnicas produtivas modernas. Sendo assim, o progresso técnico causa riqueza de um lado e desequilíbrios na balança de pagamentos do outro lado; entretanto, não há como se desenvolver economicamente sem deter tais técnicas produtivas. Buscaremos salientar, nos textos de Prebisch, o processo de absorção de progresso técnico e seus efeitos e evidenciar que de suas formulações surgem dificuldades para a compreensão exata do processo pelo qual as técnicas produtivas adentram em um sistema econômico e o modificam. Após salientar as dificuldades surgidas das formulações de Prebisch, discutiremos como Furtado em um primeiro momento compartilha da visão do economista argentino, mas depois altera sua visão com uma abordagem mais interdisciplinar da relação entre progresso técnico e desenvolvimento econômico e social. Ao longo de sua obra, Furtado vai reformulando as concepções sobre o papel do progresso técnico no sistema econômico, aliando a perspectiva econômica com aspectos mais sociológicos. Nesse ponto, a noção de endogeneidade surge como diferencial teórico de sua obra e iremos explorar tal ideia, uma vez que a consideramos essencial para melhor compreensão do desenvolvimento econômico e social tendo o progresso técnico como propulsor.

Por endogeneidade, Furtado entende ser a capacidade de o progresso técnico ser gerado internamente no sistema econômico nacional, não somente por meio de transferência do centro para a periferia. Dessa forma, o progresso técnico está vinculado ao nível cultural e econômico da população, não sendo apenas a aquisição de bens de consumo para uma classe diminuta e concentradora de renda. A ideia de endogeneidade também prevê a vinculação das necessidades internas do desenvolvimento decididas no intuito de aumento da autonomia das economias periféricas, não sendo apenas a transplantação de padrões já estabelecidos de produção e consumo. Além disso, a endogeneidade significa autonomia de decisões e maior transbordamento das benesses

do progresso técnico ao longo de cadeias produtivas, justamente por levar em consideração o desenvolvimento próprio de tecnologias.

Este artigo conta com seis seções, além desta Introdução. Na primeira seção discutiremos a formulação teórica inicial sobre o desenvolvimento econômico dos países da periferia e o papel do progresso técnico para esse processo, a partir dos trabalhos de Prebisch; na segunda, abordaremos a visão cepalina relacionando com os trabalhos de Max Weber sobre a formação capitalista do Ocidente, na qual introduziremos os elementos que em nossa concepção constituem pontos essenciais para as mudanças do pensamento de Furtado acerca do subdesenvolvimento; na terceira, faremos algumas reflexões sobre as consequências do processo de substituições de importações e sua deficiência em criar autonomia de geração de progresso técnico; na quarta, discutiremos as ideias “weberianas” de Furtado; na quinta demonstraremos como as ideias anteriores foram absorvidas por Furtado no intuito de elaborar uma ciência do desenvolvimento; e na sexta seção concluiremos o presente trabalho.

1. A formulação inicial: Raúl Prebisch

A noção de progresso técnico perpassa as formulações cepalinas tanto como o segredo do desenvolvimento das economias avançadas, bem como sua ausência, ou insuficiência, é uma das explicações para o subdesenvolvimento. Sendo o fator preponderante para o aumento da produtividade do trabalho, não há como uma economia se desenvolver fora da melhoria de seus processos produtivos e criação de novos produtos via progresso técnico, buscando elevar o capital empregado por trabalhador. No entanto, algumas perguntas surgem, a partir de uma noção vaga de progresso técnico: como o progresso técnico é gerado e transmitido? Como economias subdesenvolvidas podem adentrar em um ciclo virtuoso de assimilação ou geração de progresso técnico?

O texto fundante da Cepal, *O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas*, escrito por Raúl Prebisch em 1949, é sintomático em determinar a relação que confere aos países latino-americanos sua situação subalterna frente à economia mundial. Enquanto exportadora de bens primários, a América Latina entra em desvantagem no comércio mundial uma vez que seus produtos não competem em igualdade com os produtos manufaturados dos países desenvolvidos. O sistema centro-periferia da divisão internacional do trabalho é extremante desfavorável para a América Latina, dado que a sua competitividade reside somente na especialização de alguns produtos primários e na maior dotação do fator trabalho. Mas tais produtos não possuem grau elevado de tecnologia, logo o trabalho

não é produtivo; o contrário acontece nos países centrais, onde o progresso técnico é gerado e embutido em seus produtos, elevando seu preço. A deterioração dos termos de troca reside, em última instância, nos diferentes níveis de difusão e assimilação do progresso técnico. Os países centrais usam a tecnologia para tornar seus produtos mais competitivos e atraentes; os países da periferia, especializados em produtos primários, sem nenhuma ou pouca dotação tecnológica, são reféns da inelasticidade da demanda dos países centrais.

Um primeiro aspecto a se levar em consideração diz respeito à tese de Raúl Prebisch acerca do esforço das economias da periferia a fim de assimilar as “técnicas” produtivas dos países do centro. Entretanto, não há nos principais textos do autor uma maior elaboração do que são tais técnicas e quais os processos que condicionam seu aprendizado. Em um primeiro momento nos parece que Prebisch está baseado na ideia da endogeneidade do conhecimento, isto é, há a possibilidade das economias periféricas se valerem da difusão do progresso tecnológico para aumentarem o grau de conhecimento de sua produção. Comentando sobre a diminuição dos preços dos produtos periféricos e sua desvantagem diante o comércio com os países centrais, afirma Prebisch:

Assinalar essa disparidade de preços não implica uma tomada de posição a respeito do seu significado a partir de outros pontos de vista. No tocante à equidade, poderia arguir-se na verdade que aqueles países que se esforçaram para conquistar um alto grau de eficácia técnica não tinham razão para repartir os seus frutos com o resto do mundo. Se o tivessem feito, não estaria concentrada neles a enorme capacidade de poupança que têm; cabe perguntar, porém, se o progresso técnico teria alcançado, sem ela, o ritmo tão intenso que caracterizou o desenvolvimento capitalista. De qualquer forma, essa técnica produtiva está à disposição dos que tenham aptidão e perseverança para assimilá-la e aumentar a produtividade do próprio trabalho. (PREBISCH, [2001] 1949, p. 104)

Parece-nos implícito no argumento de Prebisch a ideia de que a transmissão das técnicas produtivas abre margem para sua assimilação e, até mesmo, seu aperfeiçoamento. Uma vez já iniciado um processo de industrialização as melhorias dos processos produtivos podem ser atingidas em uma espécie de *learn by doing*. No entanto, a pergunta que se coloca é: se as técnicas produtivas estão disponíveis, por que os países periféricos não as assimilam, qualificando sua produção?

O progresso técnico para Prebisch é o diferencial no desenvolvimento econômico dos países do centro, definido como o aumento de bem-estar material, elevação da renda dos habitantes e crescimento da produtividade do trabalho (RODRIGUEZ, 1981). Cabe salientar que o progresso técnico do centro é financiando com a intensificação do comércio desigual com a periferia: cada vez mais

os termos de intercâmbio vão ficando mais desvantajosos para os países que não possuem o progresso técnico como característica inerente do desenvolvimento de seu sistema econômico. Voltando à citação de Prebisch que transcrevemos, e refletindo sobre o esquema centro-periferia, nos parece que há dualidade na relação progresso técnico e absorção do mesmo por países periféricos. Uma vez que o foco criador de novas técnicas produtivas são os países do centro, e estes repassam o ônus desse progresso aos países da periferia, levando à situação de penúria de suas economias, o espaço de ação de uma economia periférica no sentido de elevação da qualidade de sua produção é muito limitado, pois suas divisas estarão cada vez mais comprometidas com a importação dos bens manufaturados e com o pagamento dos diferenciais de valor gerados pelas trocas desiguais. Mas, ainda refletindo sobre a citação de Prebisch, o autor abre esse espaço para o que parece ser a possibilidade de adaptação e imitação das tecnologias disponíveis. Pensemos neste ponto por ora.

Segundo Prebisch, os países centrais não têm obrigação de repassar o progresso técnico para os países periféricos, nem estes, como vimos, conseguem recriar as condições de possibilidade que impulsionam o desenvolvimento das técnicas produtivas. Entretanto, parece sugerir Prebisch que uma vez colocado em prática, seja em forma de produtos ou de processo, o progresso técnico se torna disponível, entrando aí dois fatores para sua assimilação: aptidão e perseverança. Prebisch é taxativo em dizer que a técnica produtiva, responsável pelo desenvolvimento capitalista, está disponível e sua assimilação é determinada pela aptidão e perseverança. O primeiro termo pode estar relacionado à questão da capacitação para se empreender qualquer tipo de projeto industrial, desde capacidades empresariais até qualificação de mão de obra; pelo segundo termo, perseverança, acreditamos estar algum tipo de vontade política, no intuito de sustentação de projetos de desenvolvimento que são caracterizados por alto nível de incerteza. Se tomarmos o ano em que o texto foi publicado, 1949, já havia um primeiro surto de industrialização na América Latina, tanto com a promoção do Estado, quanto com inversões dos setores primários — por exemplo, o excedente do café no Brasil (FURTADO, [2011] 1959). Sendo assim, nos parece que Prebisch está, de forma tímida, a esboçar que a mera transferência de tecnologias não é um processo satisfatório para a consecução do desenvolvimento econômico e social das economias periféricas, pois não é um processo gerado a partir de um projeto político capaz de mobilizar capitais nacionais e trabalhadores. Não é por acaso que o Estado assume papel central no processo de desenvolvimento dos países periféricos, ao ser essa instituição capaz de induzir a ideia de desenvolvimento como vontade política.

Seguindo a interpretação de Rodriguez (*op.cit.*), podemos entender que a escassez de referências de Prebisch aos fatores, podemos dizer, extraeconômicos necessários para a assimilação do progresso técnico se deve ao fato de que

para o autor o desenvolvimento é, antes de tudo, acumulação de capital, daí se seguindo o progresso técnico. Na realidade, segundo Prebisch, o desenvolvimento coloca aos países o desafio de ir diversificando sua pauta de importações, uma vez que, instalada uma indústria, novas necessidades surgem que não são solucionadas internamente devido a não autonomia do progresso técnico. Em outro texto seminal para a compreensão do desenvolvimento latino-americano Prebisch assevera:

Os países latino-americanos precisarão fazer um esforço considerável de capitalização para acelerar seu desenvolvimento econômico e, portanto, se verão diante da necessidade inescapável de importar boa parte dos bens de capital, assim como uma parte apreciável dos outros bens de produção e artigos de consumo essenciais e insubstituíveis de que necessitam. (...) Assim, tendem a propagar-se por todas as classes sociais certas formas de consumo, quando não estilos de vida, que só parecem compatíveis com o alto nível de renda dos países avançados. Trata-se de novos produtos, ou produtos mais aperfeiçoados, que o incessante progresso técnico dos referidos países cria para satisfazer melhor as necessidades existentes, ou para despertar novas necessidades. (...) Para alcançar esse nível de vida, é preciso capitalizar intensamente, e é inegável que certas formas prematuras de consumo, ao se realizarem em detrimento de uma capitalização maior, contribuem para retardar a consecução desse propósito. (PREBISCH, [2001] 1951, p. 251-252)

A citação exprime bem o motor do desenvolvimento econômico se estabelecendo exclusivamente na necessidade de capitalização e no planejamento desta em termos de pauta de importação. No texto de 1951 observamos Prebisch refinar as teses de 1949 no sentido de aliviar os efeitos de imitação que decorrem de um processo de industrialização pautado na absorção de progresso técnico desenvolvido para solucionar problemas de uma estrutura produtiva com características completamente diferentes daquelas que configuram as economias latino-americanas. Tecnologias poupadoras de mão de obra são completamente adversas ao sistema econômico dos países da periferia com uma oferta ilimitada de mão de obra (LEWIS, [2010] 1954); no entanto, o aumento da produtividade econômica dos países da periferia passa pela absorção de tais técnicas. Cabe, como nos evidencia a citação acima, planejar essas importações no intuito de absorver tecnologias que sejam úteis para o desenvolvimento econômico e não para a satisfação do consumo de parcelas mais abastadas da população.

Esse último ponto se torna de interesse para nossos propósitos, pois se no texto de 1949, especialmente na citação usada, Prebisch abre espaço para argumentos sobre os comportamentos necessários para a consecução do desenvolvimento, sintetizados nas ideias de aptidão e de perseverança, no texto de 1951 tais referências não são trabalhadas. Prebisch abre mão dessas ideias e

se concentra exclusivamente no planejamento da pauta de importação aliado à asseverada necessidade, já exposta no texto de 1949, de capitalizar. Sendo assim, o problema interno agora é outro: não se trata de criar as aptidões necessárias para uma economia se desenvolver de forma sustentada, mas sim barrar o ímpeto consumidor de uma economia que se capitaliza e eliminar formas de consumo conspicuo que podem interferir na pauta de importações em direção a produtos novos criados a partir de necessidades das economias centrais. As necessidades do desenvolvimento dos países periféricos passam pela construção de um setor industrial que responda às necessidades locais e não a reprodução dos padrões de consumo das economias centrais. O fator endógeno do desenvolvimento é o conhecimento da situação de subdesenvolvimento e o esforço para não tornar as economias periféricas em repositório de produtos importados. O que queremos salientar é a convicção do autor de que os desafios internos do desenvolvimento podem ser solucionados na medida em que o processo de substituições de importações siga uma pauta que se coadune com as necessidades da estrutura produtiva local, no intuito de criação de um parque industrial autônomo, e não se restrinja a um esforço em absorver o padrão de consumo de economias já desenvolvidas.

O que gostaríamos de salientar para nossos propósitos é a maior ênfase que Prebisch coloca nas diretrizes do processo de acumulação, buscando evidenciar a necessidade do caráter planejado que tal processo deve ter para não se restringir à satisfação das necessidades de consumo de parcela reduzida da população. A absorção do progresso técnico deve servir em primeira instância para se elevar a produtividade do trabalho das economias periféricas. Se no texto de 1949 temos alguma indicação, ainda que não formulada, sobre aptidões e comportamentos necessários à industrialização que parecem ser indicações sobre pré-condições ao desenvolvimento econômico, no texto de 1951 o processo de capitalização por si só já é condição suficiente para o desenvolvimento, uma vez que este é posto como a busca do aumento da produtividade do trabalho via absorção de progresso técnico, sendo necessário cada vez mais generalizar esse processo.

2. Progresso técnico e racionalidade

Podemos interpretar as ideias de Prebisch acerca da aptidão e perseverança para absorção de progresso técnico como a criação de condições sociais para o desenvolvimento social e econômico, no sentido da generalização de comportamentos, aliado à racionalização substantiva, que, por sua vez, diz respeito a padrões de ações que são necessários ao capitalismo industrial.

Por racionalização substantiva estamos nos referindo à teoria de Max Weber sobre o desenvolvimento do capitalismo ocidental. No segundo capítulo de *Economia e sociedade*, Weber assim define racionalidade substantiva, em contraposição à racionalidade formal:

O conceito de “racionalidade substantiva”, por outro lado, é cheio de ambiguidades. Ele transmite apenas um elemento comum a todas análises “substantivas”: a saber, que elas não se limitam a notar o fato puramente formal e (relativamente) não ambíguo de que a ação é baseada em cálculo racional “orientado a objetivos” com métodos disponíveis tecnicamente, mas aplica certos critérios de fins últimos, sejam eles éticos, políticos, hedonistas, feudais, igualitários dentre outros, e mede o resultado da ação econômica, ainda que formalmente racional no sentido do cálculo, através dessa escala de “racionalidade valorativa” ou “racionalidade de objetivo substantivo”. (WEBER, 1968, p. 85-86, tradução livre)

1. Kalberg nos mostra uma interessante interpretação sobre o papel da racionalidade substantiva na obra de Max Weber: “Somente a ação orientada para a racionalidade substantiva tem o potencial de introduzir modos de vida metódicos que subjagam o modo de vida racional prático baseado em interesses, a orientação formal com relação a regras e o fluxo de ocorrências desconexas da realidade. Esse desenvolvimento ocorre mais efetivamente após os valores de uma determinada racionalidade substantiva de magnitude delimitada ter sido racionalizada por meio de um processo de racionalização teórica, em direção a uma constelação de valores unificada internamente que compreensivelmente ordena todos os aspectos da vida. O conteúdo valorativo dessas racionalidades substantivas, que determina a direção desses processos de racionalização de valores, varia através de um amplo espectro secular e religioso. Para Weber, o mais importante na introdução de modos de vida racionais e metódicos é o fato de que somente a racionalidade substantiva coloca ‘prêmios psicológicos’ sobre a ação ética no mundo” (KALBERG, 1980, p.1165, tradução livre).

A racionalidade substantiva¹ é aquela que diretamente conecta a ação a padrões, sendo caracterizada por valores; a racionalidade formal, diferente das outras formas de racionalidade, é um produto específico do desenvolvimento social Ocidente, sendo elevada a forma primordial de ação após a industrialização. Entre suas características, temos a burocratização como maior exemplo, sendo caracterizada pela tendência de resolução de problemas a partir de cálculos que se tornam rotinas, buscando sempre aumentar a previsibilidade das ações e reduzir considerações por critérios pessoais. Sendo assim, as aptidões e a perseverança podem ser relacionadas àqueles valores necessários para se implantar a ideia do desenvolvimento, o que favorece a busca dos agentes econômicos para perseguir o progresso técnico, ou seja, o desenvolvimento como um valor, uma racionalidade substantiva à sociedade periférica. Aqui estamos colocando sociedade periférica de maneira intencional: cabe evidenciar que a situação de subdesenvolvimento pode ser superada na medida em que se generalize a racionalidade substantiva do desenvolvimento, um valor a ser difundido na sociedade e que se torna viável na medida em que o progresso técnico é absorvido, impedindo a transferência de mão de obra para setores de maior produtividade.

Se com relação ao texto de 1949 nos permitimos fazer a interpretação acima, no texto de 1951 tal ideia não é mais possível. Se antes poderíamos entrever o processo de industrialização como um esforço interno, calcado na mudança de comportamento, na direção de um maior grau de racionalização das atividades produtivas, no texto de 1951 a racionalização não será atingida por mudanças comportamentais, mas, sim, implantada, com o controle centralizado do processo de substituições de importações. Nesse ponto, a importância do comando da absorção do progresso técnico recai não sobre agentes internos dispostos a investir, mas ao Estado. A este cabe a orientação racional das substituições de

importações, buscando impedir que o comportamento do consumismo imitativo das classes abastadas deturpe a direção do processo no sentido de autonomia tecnológica. Acreditamos que explorar esse aspecto, que não fica tão evidente em Prebisch, vai se tornando cada vez mais claro para Celso Furtado, que o coloca como central ao longo de sua teorização sobre o desenvolvimento.

O que nos interessa, portanto, é como os autores aqui discutidos se relacionam com o aspecto endógeno do desenvolvimento, isto é: há a necessidade de se criar ou modificar padrões de comportamento? Se sim, como realizar tal processo. Ainda que tomemos como base as ideias de Weber sobre a racionalidade específica do Ocidente, gerada a partir de um longo processo histórico no qual as formas de entendimento sobre o mundo foram sendo cada vez mais caracterizadas por elucubrações mais empíricas e científicas, a racionalidade substantiva que aqui relacionamos diz respeito a um padrão de comportamento, historicamente situado, que ajudou a dar eficiência ao capitalismo industrial, sendo usado como explicação para o desenvolvimento do capitalismo ocidental² — a passagem de um modo de produção desarticulado para um modo de produção industrial necessitou de uma mudança do padrão de comportamento de determinados atores internos ao sistema econômico. Tal processo é o que aqui queremos colocar como endogeneidade do processo de desenvolvimento. A endogeneidade como criação de capacidades necessárias para o desenvolvimento, principalmente a criação ou assimilação do progresso técnico, é relegada à ação do Estado, estrutura capaz de planejar as importações.

Ao tomarmos o processo de desenvolvimento econômico e social como endógeno, isto é, uma movimentação interna ao sistema no sentido de dotar a economia de maior capacidade tecnológica, é evidente que tal esforço passa pela qualificação dos trabalhadores. Dessa forma, endogeneidade diz respeito em grande medida há uma relação entre qualificação e tecnologia, tendo na ideia de capital humano sua mediação. Isto é, para crescer economicamente, e é importante salientar essa expressão, pois não se trata mais de desenvolver: há que se investir em capital humano. Por capital humano, partindo das contribuições de Schultz (1961) e Becker (1993), temos a ideia de que o investimento no ativo humano e a busca por aumentar a gama de conhecimentos economicamente plausíveis tornam-se tão importantes como o investimento em máquinas e em equipamentos mais modernos. Trata-se de um capital como outro qualquer e nenhuma economia pode prescindir de pessoal qualificado — e os indivíduos devem buscar aumentar seus conhecimentos para obter melhor desempenho no mercado de trabalho e, conseqüentemente, favorecer a economia como um todo.³

Portanto, a mudança tecnológica é diretamente responsável pelas altas taxas de crescimento dos países desenvolvidos. Tal processo se dá, a partir da teoria econômica do capital humano, pelo nível de qualificação dos indivíduos

2. A obra mais importante que busca salientar o aspecto de mudança comportamental sem dúvida é *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. Nesta, Weber evidencia como o comportamento de alguns grupos religiosos protestantes criaram valores relacionados ao trabalho que foram essenciais para o desenvolvimento do capitalismo. À ascensão dos protestantes Weber relaciona a criação de uma ética do trabalho que possui uma afinidade eletiva com um comportamento que deu ensejo a uma maior diligência no trabalho e que ajudou na formação da ideia de carreira e no desaparecimento das rejeições tradicionais à ideia de lucro: “A capacidade de concentração mental bem como a atitude absolutamente central de sentir-se no dever de trabalhar encontram-se aqui associadas com particular frequência a um rigoroso espírito de poupança que calcula o ganho e seu montante geral, a um severo domínio de si e uma sobriedade que elevam de maneira excepcional a produtividade” (WEBER, [2004] p.55).

3. É importante salientar que a ideia de endogeneidade que aqui expomos se afasta da noção neoclássica que tem em Romer (1990) sua formulação mais significativa. Em tal artigo é desenvolvida a ideia da importância do capital humano para o crescimento econômico, pela sua capacidade de gerar ideias que podem ser usadas em inovações tecnológicas que elevam a densidade tecnológica. Dessa maneira, para Romer, um importante fator para o crescimento econômico seria o número de pessoas que se dedicam a descobrir novas ideias, incrementar processos que, conseqüentemente, aumentam o estoque de conhecimento a ser usado economicamente.

e do número de pessoas escolarizadas de uma economia, trabalhando no intuito de gerar novas ideias e aumentar o estoque de conhecimento. Deriva também uma conclusão para as economias subdesenvolvidas: as baixas taxas de crescimento têm sua origem na não capacidade de apreender as ideias, uma vez que elas estão disponíveis à aprendizagem. O interessante é observar que o problema da aptidão e perseverança para a promoção do progresso técnico, no qual tomam parte a assimilação e o aprendizado de técnicas produtivas, tem no capital humano sua solução exclusiva, sendo que, para Furtado, como veremos adiante, trata-se de um problema que deve ser entendido de forma ampla, no sentido da promoção dos padrões de comportamento necessários para o desenvolvimento capitalista, tal como exposto na teoria weberiana.

Segundo Weber, o capitalismo é resultado dessa gradual mudança de comportamento, que teve no aspecto religioso seu principal efeito catalisador, gerando uma racionalidade economicamente mais eficiente. Não se trata de uma religião gerando um sistema econômico, mas os incentivos psicológicos de determinados credos religiosos dotou seus seguidores de uma forma de comportamento apto ao desenvolvimento do capitalismo. Portanto, o problema que se coloca ao subdesenvolvimento é a impossibilidade de recriar as condições de possibilidade que deram forma ao capitalismo dos países do centro. A geração e a assimilação do progresso técnico não se dão somente com investimentos na qualificação dos trabalhadores, mas também deve ser levado em conta que esse progresso é o resultado de um processo histórico de crescente aumento da racionalidade dos agentes.

A ideia de racionalidade para o desenvolvimento parece estar contida nestes dois polos: de um lado, a tentativa via Estado, principalmente por intermédio do processo de substituição de importações; do outro lado, a necessidade de comportamentos que dão ensejo a uma melhor adaptação dos indivíduos aos requisitos daquilo que Furtado irá chamar civilização industrial. No entanto, há de se repetir que tal processo que molda comportamentos foi desenvolvido a partir de um processo histórico e que não há condições de se implantar a racionalidade substantiva. A racionalização via Estado foi atingida, mas não foi suficiente para a autonomia tecnológica dos países subdesenvolvidos, bem como é insuficiente pensar o lado substantivo da racionalidade apenas como um processo de melhorias educacionais para aumento da capacidade de *catch up* tecnológico, uma vez que, como evidencia Weber, a especificidade do Ocidente, com o gradual desenvolvimento de uma racionalidade direcionada ao investimento do excedente, é fruto de uma mudança no padrão de comportamento dos agentes econômicos. A endogeneidade que Furtado posteriormente pensa, baseado na teoria weberiana, é um processo de autonomia de decisões de investimento visando uma transformação das estruturas sociais a partir do aumento da capacidade de geração de progresso técnico, tendo em vista as necessidades locais.

3. Desenvolvimento, subdesenvolvimento e dependência

Celso Furtado, ao longo de sua obra, foi englobando elementos extraeconômicos na análise do desenvolvimento, em grande medida devido às consequências políticas do processo de substituições de importações, tendo a concentração de renda como exemplo significativo. Ficou claro ao autor a insuficiência do processo de industrialização periférica como motor único e exclusivo do processo de desenvolvimento econômico e social. Ainda que países como o Brasil tenham alcançado níveis de crescimento econômico, do ponto de vista do processo social subjacente ainda conta com pessoas à margem do sistema econômico moderno, bem como possui toda uma região que sofre os reveses da falta de dinamismo econômico, qual seja, o Nordeste.

Sustentamos que a tentativa de Furtado — mesmo em um cenário de descrédito da teoria do desenvolvimento, como dissemos, em função de suas promessas e resultados atingidos (HIRSCHMANN, 1981) — ainda persiste em elaborar uma teoria do desenvolvimento mais abrangente, que ele chamará de ciência do desenvolvimento. Nesse movimento, observamos o autor manter alguns aspectos da formulação original de Prebisch, mas procurar cada vez mais argumentos para a busca da endogeneidade do processo de desenvolvimento econômico.

Em um primeiro momento, Furtado segue as ideias de Prebisch, embora trate de maneira mais detida os fatores que impedem o desenvolvimento das possibilidades de avanço do progresso técnico das economias latino-americanas. Cabe salientar que em Furtado temos a aproximação da noção de progresso técnico com a ideia de inovação, ambas colocadas como motores do desenvolvimento econômico, o que nos dá mais subsídios para pensarmos sobre o papel da tecnologia em sua obra. No início de sua importante obra sobre desenvolvimento econômico assevera o autor:

A teoria do desenvolvimento trata de explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e os mecanismos do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social. (FURTADO, [1967] 1979, p. 3)

Temos na citação acima uma aproximação com a ideia de Prebisch sobre os fatores de desenvolvimento, isto é, aumento da produtividade do trabalho via acumulação. Entretanto, Furtado busca qualificar de forma mais completa tal processo, ainda que do ponto de vista teórico não se afaste muito das formulações iniciais de autor argentino. A análise de Furtado na *Teoria e política do desenvolvimento econômico* recai sobre dois empecilhos à assimilação do progresso técnico: limitadas capacidades empresarias e, mais importante, oferta ilimitada de mão de obra. No primeiro aspecto podemos relacionar o fato do desenvolvimento

das economias periféricas acontecerem a partir da transmissão de técnicas e não da sua criação; é um desenvolvimento dependente dos países já desenvolvidos, tendo a substituição de importações como seu modelo mais significativo, sendo incapaz de criar nos empresários o “instinto animal”, isto é, a procura por soluções inovadoras. O segundo aspecto, que possui relação com as características da industrialização periférica, evidencia que em um cenário de oferta de mão de obra ilimitada os empresários não são expostos a pressões salariais tal como ocorreu nos países desenvolvidos, reduzindo a necessidade de inovações no intuito de poupar mão de obra. Nos países centrais, como já abordamos com Prebisch, o número reduzido de trabalhadores facilita sua organização sindical, o que faz com que o conflito por melhores salários seja mais eficiente. Sendo assim, os empresários buscarão aumentar a relação de capital em detrimento do trabalho, sendo nesta relação que reside a eficiência das inovações.

Outro fator que obstaculiza a difusão do progresso técnico é a questão da dualidade estrutural das economias subdesenvolvidas, isto é, a coexistência de um setor moderno com setores arcaicos: assim, convivem nas economias periféricas um mínimo de trabalhadores assalariados e um exército de reserva alocados em postos de baixa produtividade, o que também incide na redução dos salários dos trabalhadores do setor moderno. O mercado consumidor das economias subdesenvolvidas é restrito àqueles que se encontram no setor de maior dinamismo, fazendo com que as inovações não se orientem tendo em vista a competitividade dos produtos, rebaixando preços. Dessa forma, não há nas economias periféricas o incentivo à inovação devido a um mercado consumidor restrito, pouco exigente e com padrões de referência que tentam imitar os países desenvolvidos.

É interessante observar que Furtado abre a sua *Teoria e política* definindo a teoria do desenvolvimento somente em termos macroeconômicos, isto é, a explicação do aumento da produtividade do trabalho. Da difusão desigual do progresso tecnológico, vindo dos países centrais, ao estabelecimento do subdesenvolvimento como um processo simultâneo e tributário deste, temos uma teorização ainda estabelecida nos termos da relação centro-periferia discutida por Prebisch. Ainda que haja alguma elucubração sobre a situação de dependência causada pelo processo de substituição de importações, no qual a transplantação de indústrias de bens de consumo para as economias periféricas gera estruturas dualistas em que há um setor moderno convivendo com um setor arcaico, temos aqui Furtado interessado em analisar os fatores estritamente econômicos. Posteriormente, há o reconhecimento por parte de Furtado dos problemas causados pela industrialização periférica, no sentido de aumentar a concentração de renda, bem como a questão da elevação tecnológica da produção. A industrialização periférica se baseou na substituição de importações de bens de consumo duráveis, reproduzindo os padrões de consumo dos países do centro e relegando aos países da periferia impedimentos no processo de criação de produtos. A

simples repetição dos processos imobilizava a capacidade criativa dessas economias, em função da forma oligopólica, tomada sobre as decisões de produção e posterior distribuição. (FURTADO, 1973). Como assevera Fajnzylber:

A fragilidade da vocação industrializante se refere especificamente ao conteúdo e à debilidade do núcleo endógeno da industrialização latino-americana. A prioridade do crescimento da produção industrial está presente desde as décadas de 1930 e 1940 nos distintos países da região e os resultados alcançados com relação à magnitude e ao crescimento da produção industrial já foram assinalados. A insuficiente presença da vocação industrial se refere, então, especificamente, à ausência de liderança efetiva na construção de um potencial endógeno capaz de adaptar, inovar e competir internacionalmente em uma gama de setores produtivos. (FAJNZYLBER, 1983, p. 140, tradução livre)⁴

Há um fato importante a salientar: Furtado começa a pensar o subdesenvolvimento em termos de dependência tecnológica, o que amplia o escopo para pensar a relação centro-periferia para além de termos estritamente econômicos. O reconhecimento de que a difusão desigual do progresso tecnológico não é apenas um mero problema de externalidade na relação entre economias, mas sim uma relação desigual de poder entre sistemas econômicos e sociais, necessariamente leva a um pensamento mais amplo sobre o subdesenvolvimento. Dessa forma, a autonomia de decisão das estruturas subdesenvolvidas está subjugada aos centros de controle da inovação técnica; o processo de substituição de importações, ao alocar nos países subdesenvolvidos empresas transnacionais com seus centros de decisão nos países de origem, elevou o grau de dependência.

Ao evidenciar o aspecto de desigualdade nas relações entre centro e periferia pela lógica das relações sociais internas das economias periféricas, no sentido de sua composição de classe e como a burguesia nacional se relaciona com os centros de decisão, os teóricos da dependência fizeram uma crítica consistente ao economicismo que residia na teoria cepalina (CARDOSO; FALETTO, [2004] 1966). Como dissemos acima, a relação entre centro e periferia — que em Prebisch, e menos em Furtado, era apenas uma relação de desigualdade da difusão do progresso técnico, sendo necessário elevar a capacidade de acumulação das economias periféricas para dar ensejo ao desenvolvimento — na teoria da dependência se torna uma relação de poder: os países que dominam o progresso tecnológico possuem mais poder do que aqueles que necessitam importar o mesmo. A forma como a burguesia das economias periféricas se relaciona com esse centro criador de inovações técnicas pauta a intensidade da desigualdade de poder. Países como o Brasil, que já tinha iniciado sua industrialização antes da crise de 1929, possuem um grau de autonomia maior do que países como a Bolívia, uma economia de enclave totalmente dependente de exportações para os países centrais.

4. Fajnzylber também busca uma teoria da endogeneidade do desenvolvimento tal como buscamos evidenciar em Furtado. Ainda que haja semelhanças nas duas formulações, pois em ambas a autonomia de decisões deve dar vazão a maior criatividade dos agentes econômicos, a formulação furtadiana se ampara em uma visão da estrutura social que dá ensejo à utilização econômica da criatividade. Por sua vez, Fajnzylber (*op.cit.*) nos mostra como a ação do Estado pode também facilitar a criatividade dos agentes econômicos. Antes complementares do que díspares, as ideias dos dois autores estão centradas na necessidade de maior autonomia das economias periféricas, rompendo os laços de dependência tecnológica. No entanto, nosso intuito neste trabalho repousa apenas na discussão das mudanças epistemológicas da obra de Furtado.

Dessa forma, os países com as primeiras características possuem uma burguesia nacional orientada, de certa forma, para o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que promove a importação de artigos visando a reprodução dos padrões de consumo dos países desenvolvidos. Podemos dizer que, pela teoria da dependência, o problema que se coloca de forma econômica por Prebisch ganha contornos sociológicos: a burguesia nacional se associa aos países centrais, promove uma industrialização substitutiva de importações no intuito de modernização de seu padrão de consumo. Não há a preocupação com o aumento da autonomia do sistema econômico nacional.

4. Civilização industrial, racionalidade e criatividade

Um ponto importante a se destacar é a mudança epistemológica que Furtado empreende no intuito de entender a situação de dependência e subdesenvolvimento. Se na *Teoria e política* fala-se de uma teoria do desenvolvimento, posteriormente há a ideia de ciência do desenvolvimento. Diz Furtado:

A rigor, é quando a capacidade criativa do homem volta-se para a descoberta dele mesmo, empenha-se em enriquecer o seu universo de valores, que se pode falar de desenvolvimento. Efetiva-se o desenvolvimento quando a acumulação conduz a criação de valores que se difundem em importantes segmentos da coletividade. (...) Em síntese, a ciência do desenvolvimento preocupa-se com dois processos de criatividade. O primeiro diz respeito à técnica, ao empenho do homem de dotar-se de instrumentos, de aumentar sua capacidade de ação. O segundo refere-se à utilização última desses meios, aos valores que o homem adiciona ao seu patrimônio existencial. (FURTADO, 1984, p. 106-107)

Podemos observar como a ciência do desenvolvimento é mais ampla do que a teoria do desenvolvimento, uma vez que, nesta última, o aspecto central a ser analisado é o processo de acumulação, enquanto a primeira também engloba tal objeto de estudo. O desenvolvimento não é apenas a assimilação do progresso técnico no sentido de criar um sistema econômico inovador com alta produtividade — o desenvolvimento deve ser encarado também como um valor. Se nos atermos ao processo social subjacente ao desenvolvimento econômico, perceberemos que ele requer, e envolve, mudanças de comportamento, de ideias, e que as transformações que ocorrem se dão no sentido de um maior domínio dos processos produtivos e no maior controle sobre a natureza. O que se percebe nas economias subdesenvolvidas é que, apesar de toda a industrialização substitutiva, não observamos a difusão dos aspectos da racionalidade do desenvolvimento, sendo este um valor difuso nas sociedades periféricas. O desenvolvimento, portanto,

envolve diversos aspectos, mas sua meta é a melhoria de vida da coletividade, no sentido de novas descobertas, novos valores, novas formas de associação. Em suma, tendo em vista o exemplo dos países centrais, o desenvolvimento é fruto do processo de racionalização. No intuito de evidenciar o processo mencionado, e as possibilidades de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, Furtado irá se debruçar sobre o que ele chama civilização industrial.

É importante ressaltar a mudança conceitual que empreende Furtado, no sentido de pensar no subdesenvolvimento como um processo da expansão da civilização industrial, pois não se trata somente da difusão desigual do progresso técnico, via divisão internacional do trabalho, mas sim da difusão desigual de valores e padrões comportamentais que são favoráveis à apropriação adequada do progresso técnico. O desenvolvimento ainda é fruto da acumulação: o ponto de vista econômico não é substituído por explicações sociológicas. No entanto, a definição de desenvolvimento é ampliada: a acumulação foi precedida por um aumento do excedente e este existe em qualquer forma de organização social. O excedente dos egípcios, por exemplo, era direcionado para construção de pirâmides e a mudança comportamental da civilização industrial, o que estamos chamamos de racionalidade substantiva, transfere o excedente para a criação de mais excedente — o progresso técnico é o maior exemplo de um excedente a serviço das inovações e da melhoria dos processos. A civilização industrial, portanto, é fruto da transformação dos padrões de comportamento dos agentes econômicos no sentido de se estabelecer, como um valor, a transferência do excedente gerado pelas atividades econômicas para outras atividades econômicas, buscando sempre ampliar o excedente.

O surgimento de classes direcionadas à aplicação direta do excedente na busca de sua ampliação, e sua consequente procura de poder político, tem como efeito as revoluções burguesas europeias. Não discutiremos todas as consequências desse fato, mas devemos notar que tais revoluções foram importantes do ponto de vista de estabelecimento de novos valores que expandem aquela racionalidade substantiva em direção à sua formalização, isto é, cada vez mais os critérios de racionalidade instrumental tendem a se estabelecer como o único viável. Ou seja, a racionalidade econômica, de transferência do excedente em atividade produtiva, se torna a forma mais correta de ação na civilização industrial.

Segundo Furtado, o que chamamos de desenvolvimento é, antes de tudo, uma dupla transformação: uma no plano da utilização dos recursos e outra no plano do comportamento dos agentes sociais. No primeiro plano, temos inovações técnicas e mudanças nos padrões de consumo, tendo de haver necessariamente uma transformação no segundo plano, isto é, a ampliação ao acesso a essas mudanças. Segundo Furtado, há de se notar que a evolução técnica da civilização industrial é acompanhada pela melhoria das relações sociais, no sentido de diminuição das desigualdades de oportunidades.

O que estamos tentando salientar é que para Furtado vai ficando mais claro o processo histórico que conforma a civilização industrial, no sentido de uma mudança de comportamento que facilita uma forma de apropriação do excedente em atividades produtivas, gerando acumulação. Seguindo Weber, Furtado entende que esse comportamento é fruto de uma racionalidade substantiva à civilização industrial, que ele identifica como favorável à criatividade e ao progresso técnico. A civilização industrial, no entanto, é fruto da elevação desses critérios de racionalidade, no sentido de sua formalização:

A crescente infiltração dos critérios de racionalidade instrumental nos meandros do corpo social produziria na Europa um estilo de civilização cujos traços mais salientes são: a industrialização (tecnicismo de todas as atividades produtivas), a urbanização (estruturação espacial da população para satisfazer as exigências do mercado de trabalho) e a secularização (prevalência da razão na legitimação dos sistemas de poder). O rápido processo de acumulação e o avanço tecnológico que são inerentes a essa civilização capacitaram alguns povos da Europa para submeter a controle quase totalidade do planeta. (FURTADO, 1978 p. 41)

Portanto, fica evidente a ampliação do escopo de Furtado com relação aos aspectos sociais e econômicos que envolvem o processo de desenvolvimento. Partindo de um aspecto antropológico, Furtado encara o desenvolvimento como a ampliação das capacidades humanas, no sentido de maior domínio do meio. O aspecto social desse processo se mostra na mudança de comportamento dos agentes, com atitudes mais racionais diante o mundo, derivadas de mudanças das perspectivas religiosas. Tal mudança de comportamento é favorável para uma atitude de maior diligência e ascetismo, que se alia de forma eficiente a uma nova postura econômica. Os critérios de racionalidade se exportam da conduta cotidiana para a atividade econômica, sendo útil para a racionalidade econômica ou instrumental: esse fato leva a mudanças nos padrões de apropriação do excedente econômico no intuito de sua ampliação, gerando acumulação. O aumento da racionalização das atividades sociais gera a civilização industrial e essa se torna a forma de organização social mais eficiente para produção de excedente via progresso tecnológico.

Sendo assim, ainda que tenhamos uma visão mais ampla sobre os processos sociais que criam a civilização industrial, pelo lado do subdesenvolvimento três perguntas se colocam: se o desenvolvimento é fruto de processos históricos particulares à civilização industrial, como superar o subdesenvolvimento, uma vez que observamos a falência do processo de substituições de importações, isto é, o planejamento do processo de racionalização? É possível criar as condições de racionalidade substantiva que deram ensejo a todo o processo que cria a civilização industrial? Há outro caminho fora daquele trilhado pelos países centrais? A estes desafios Furtado responde tomando o conceito de endogeneidade.

5. Endogeneidade, criatividade e inovação

A ideia de endogeneidade surge como o reconhecimento que Furtado concede ao fato de que o desenvolvimento da civilização industrial foi uma transformação de suas relações sociais internas. Entretanto, tal ideia surge de uma necessidade, qual seja: a de dotar as sociedades periféricas também com sua ideia de desenvolvimento, uma vez que este não é um apenas uma melhoria dos processos econômicos, mas ampliação das capacidades humanas. O desenvolvimento é, antes de tudo, um valor a ser trabalhado:

Se se limita à difusão de técnicas já conhecidas e comprovadas, o desenvolvimento se confunde com a acumulação. Mas circunscrever o estudo do desenvolvimento à acumulação é perder de vista que as técnicas não são outra coisa que formas de comportamento cuja racionalidade não é independente de fins preestabelecidos. A substituição do cavalo pelo automóvel não é apenas uma evolução do sistema de transporte: é a transformação de um estilo de vida. Falar da difusão ou transmissão de tecnologia é, portanto, um eufemismo, pois o que se está difundindo nesse é uma forma de viver, o que implica na desarticulação do sistema de valores preexistente na sociedade receptora de novas técnicas. (FURTADO, 1980, p. 46)

Dessa forma, acreditamos que, por endogeneidade, Furtado está buscando uma teorização que discuta justamente os efeitos da citação acima, isto é, o desenvolvimento não é apenas a mera transplantação de técnicas produtivas, tal como parece estar formalizado nas ideias de Prebisch. O desenvolvimento deve levar em consideração justamente o aspecto subalterno das sociedades periféricas perante as inovações técnicas produzidas nos países centrais que são importadas, trazendo consigo uma nova série de valores que transformam as formas de vida antes estabelecidas. Dessa forma, endogeneidade não é, como na teoria do crescimento endógeno, somente a capacitação para assimilação do progresso técnico, mas sua criação nos dois níveis do desenvolvimento: a melhoria dos processos produtivos e a difusão dos valores relacionados.

Ao pensar o progresso técnico pela via de sua endogeneidade começa-se a pensar sobre as possibilidades de acesso à tecnologia da civilização industrial de forma tardia. Furtado lista três formas de acesso ao longo da história: a coletivização dos meios de produção (sendo o caso russo o mais notório); a satisfação das necessidades básicas da coletividade (que se traduz em caso concreto na substituição de importações, mas com a decisão política de redução das desigualdades para ampliação do acesso à tecnologia); e, por fim, o modelo de avanço ao mercado internacional, com aumento do grau de autonomia dos processos tecnológicos com competição via produtos inovadores. Furtado acredita que este último modelo é mais interessante, pois parte da criação de produtos, ou seja, da elaboração de necessidades internas e não importadas. Sendo assim, o que se

coloca aos países subdesenvolvidos é tentar controlar internamente a tecnologia da civilização industrial, usando sua capacidade transformadora para criar necessidades novas e autônomas. Segundo Furtado:

A endogeneização do desenvolvimento encerra a tentativa de encontrar respostas a essas múltiplas questões. O que se tem em vista é descobrir o caminho da criatividade ao nível dos fins, lançando mão dos recursos da tecnologia moderna na medida em que isso seja compatível com a preservação da autonomia na definição desses fins. Em outras palavras: como efetivamente desenvolver-se, a partir de um nível baixo de acumulação e tidas em conta as malformações sociais engendradas pela divisão social do trabalho, na fase atual de mundialização dos mercados? Como ter acesso à tecnologia moderna sem deslizar em formas de dependência que limitam a autonomia de decisão e frustram o objetivo de homogeneização social? (FURTADO, 1984, p. 118)

Sendo assim, parece que o que Furtado almeja é o aumento do grau de autonomia dos países subdesenvolvidos em absorver a tecnologia da civilização industrial e assim dar ensejo à criatividade de suas populações no sentido tanto de inovação tecnológica como de ampliação de suas capacidades. Parece claro que não existe desenvolvimento fora do contorno tecnológico da civilização industrial, considerando, nesse sentido, a sua intrínseca capacidade criativa. No entanto, é impossível recriar os pré-requisitos de racionalidade substantiva que criaram a civilização industrial, com todos os seus efeitos inesperados, como a imposição de uma racionalidade formal, via ação estatal, a partir da industrialização. Furtado parece encontrar uma solução para o dilema dos países subdesenvolvidos por intermédio da ideia de aumento de autonomia de absorção da tecnologia da civilização industrial, buscando sempre evitar que tal absorção se dirija apenas para a modernização dos padrões de consumo. A ideia de endogeneidade nos parece uma tentativa de Furtado em estabelecer um acesso autônomo à tecnologia, o que levaria a uma difusão de critérios de racionalidade por meio da organização social, podendo ensejar a criatividade dos agentes econômicos internos ao sistema. Pois como diz o autor:

Na cultura surgida da revolução burguesa, a racionalidade é um desses moldes ou estruturas implícitas que ordenam e submetem a criatividade. Max Weber nos advertiu para a importante linha demarcatória que nessa cultura diferencia a racionalidade com respeito aos meios da atividade social, daquela que concerne aos fins da ação humana. Essa bifurcação — o dualismo cartesiano é uma de suas primeiras e mais nítidas manifestações — muito provavelmente tem suas origens na coexistência de dois sistemas de cultura — o feudal e o burguês — no processo formativo da civilização europeia moderna. Graças a ela, as energias criadoras puderam ser progressivamente canalizadas e postas ao serviço do desenvolvimento das forças produtivas. A história da civilização industrial pode ser lida como uma crônica do avanço da técnica, ou

seja, da progressiva subordinação de todas as formas de atividade criadora à racionalidade instrumental. (FURTADO, 1978, p. 83)

Dessa forma, parece estar Furtado sugerindo que ao se endogeneizar o processo de desenvolvimento econômico, via absorção autônoma do progresso técnico, há a possibilidade de seguir os passos da civilização industrial, já que a capacidade criativa será aguçada. Uma vez que o progresso técnico reflete as necessidades daquela civilização, sua absorção endógena visa o seu uso vinculado às necessidades específicas dos países subdesenvolvidos, não apenas a modernização de seu consumo. Furtado parece pensar no fato de que, uma vez que a capacidade criadora foi alavancada pela implementação de critérios de racionalidade instrumental, pode-se aproveitar esse potencial para a resolução dos problemas do subdesenvolvimento. No entanto, trata-se de uma escolha política, pois a busca por autonomia é um esforço no sentido de adentrar ao mercado mundial de forma inovadora. A assimilação autônoma do progresso técnico parece servir para facilitar a capacidade criativa dos agentes econômicos e assim aumentar a probabilidade de inovações; para tanto, deve se abster de aderir à civilização industrial somente pela via de modernização do consumo, e buscar a assimilação de fato das técnicas modernas. Com a ausência do processo social que gerou a civilização industrial, isto é, aquela mudança de comportamento que caracterizamos anteriormente como racionalidade substantiva, é necessário pautar autonomamente os critérios da racionalidade instrumental. Sendo assim, há ainda um aspecto de racionalidade substantiva: colocar o desenvolvimento como um valor que os países subdesenvolvidos devem disseminar em sua organização social.

Portanto, ao ampliar as formulações de Prebisch acerca do desenvolvimento — ao mesmo tempo em que absorve as críticas sociológicas da teoria da dependência, bem como absorve criticamente os resultados sociais e políticos do processo de substituição de importações —, Furtado busca uma reformulação de sua teoria do desenvolvimento. O primeiro passo foi criar um campo de pensamento autônomo, estabelecendo uma ciência do desenvolvimento que congrega os aspectos políticos, econômicos, sociais e antropológicos. O desenvolvimento é agora encarado como um valor inerente à sociedade, no sentido de aumento da capacidade de criar e domínio sobre a natureza. Do ponto de vista sociológico, há a noção de que o caminho trilhado pela civilização industrial é fruto de uma mudança de comportamento, uma racionalidade substantiva, que envolvia disposições que foram úteis ao capitalismo para se desenvolver no sentido de maior produtividade. Esse comportamento, ao se aliar as atividades econômicas, favorece o surgimento de estruturas que valorizam a racionalidade instrumental: cada vez mais, no capitalismo, a forma certa de agir é aquela que se conforma em pré-requisitos racionais com relação aos fins. No entanto, como observa tanto Weber como Furtado, esse sistema se mostra o mais eficiente do ponto de vista

econômico, pois somente nele o excedente foi invertido em formas mais eficazes de ampliação desse mesmo excedente: a criatividade possibilitada pelos processos sociais e econômicos da civilização, ao aplicar os critérios de racionalidade, abre um caminho enorme para o desenvolvimento.

Acreditamos que ao reavaliar sua teoria, Furtado amplia sua concepção de desenvolvimento, mas se coloca um desafio bem maior. Uma vez que o processo que conforma a civilização industrial tem origem em mudanças comportamentais ao longo do tempo — gerando uma racionalidade substantiva inerente ao sistema que facilita a aplicação da racionalidade instrumental em todas as esferas da vida social —, como esse processo pode ser útil para a superação do desenvolvimento? Para responder a essa pergunta Furtado recorre ao conceito de endogeneidade, pois tal formulação parece encerrar uma resposta a todos os desafios colocados por meio das tentativas de superação do subdesenvolvimento. Uma vez identificado de forma ampla os fatores que deram origem à civilização industrial, tem-se a consciência do processo histórico e da impossibilidade de recriar as condições que deram origem a esse sistema mais eficiente de investimento do excedente. No entanto, parece Furtado sugerir que há a condição de induzir esse processo ao identificar as formas de acesso à civilização industrial, ao comentar que a entrada no mercado a partir de produtos inovadores é uma forma autônoma de acesso à civilização industrial. Superior ao processo de substituições de importações e à coletivização dos meios de produção, a forma de acesso endógena parece se sustentar pelo uso das capacidades internas dos agentes, no sentido de criação de produtos autonomamente definidos. Tal processo parece ser mais capaz de induzir o comportamento racional dos agentes ao se estabelecer de forma interna: o objetivo é a indução de um comportamento que mude a postura de dependência tecnológica no sentido de aumentar a autonomia, dando ensejo à criatividade e, conseqüentemente, à inovação.

Dessa forma, ao falar em endogeneidade, sustentamos que Furtado procura estabelecer uma teoria sobre a possibilidade de aumentar a probabilidade de inovações que busquem reduzir a dependência econômica e, conseqüentemente, tecnológica. Não há forma de se desenvolver sem buscar o acesso à civilização industrial, sendo necessário tornar endógena essa ideia. Aqui, parece que reside muito mais uma decisão política do que econômica. Ao buscar reduzir sua dependência tecnológica, os estados subdesenvolvidos devem rumar para o caminho da inovação de produtos, entrando no mercado mundial de forma autônoma. A endogeneidade do processo de desenvolvimento, portanto, deve passar pela indução que o Estado pode fazer em incitar a criatividade de seus agentes econômicos no sentido de induzir aquela mudança comportamental. Ainda que a presença do Estado seja relacionada com critérios de racionalidade formal, nessa forma de acesso que estamos dizendo a presença estatal se faria sentir pela coordenação de ações no sentido de reduzir a dependência tecnológica. Ao fazer isso, parece sugerir

Furtado que o Estado pode induzir a inovação, o que poderia mudar a relação que os agentes econômicos possuem, no sentido de criar um ambiente mais empreendedor. Sendo assim, ao teorizar sobre a endogeneidade, Furtado está pensando em como criar o espírito empreendedor que a mudança de comportamento que deu origem à civilização industrial propiciou, tendo como motor a ideia de desenvolvimento e a ampliação da criatividade das economias periféricas.

Considerações finais

O objetivo deste trabalho foi evidenciar a mudança na teoria do desenvolvimento de Celso Furtado, buscando salientar sua modificação no sentido de uma ciência do desenvolvimento, ao se afastar das formulações de Prebisch, e após absorver as críticas da teoria da dependência. Furtado começa a formular suas ideias em termos de como os países podem ter acesso aos benefícios da civilização industrial. Os países subdesenvolvidos, em sua dependência tecnológica, importam produtos manufaturados e valores dessa civilização, sendo necessária a criação da racionalidade substantiva ao subdesenvolvimento. Esta forma de racionalidade pode ser relacionada com a possibilidade de acesso à civilização industrial via inovações de produtos, o que possui ligação com a entrada competitiva no mercado mundial. Dessa forma, cabe ao Estado gerar a vontade política que pode decidir sobre endogeneidade do processo de desenvolvimento, sendo o indutor do comportamento criativo dos agentes, numa ação que busque incessantemente a redução da dependência tecnológica e crescente autonomia das decisões.

Tratamos aqui das mudanças do plano teórico de Celso Furtado em um nível de abstração elevado. Não há aplicações práticas, pois esse seu pensamento foi desenvolvido como reavaliações e modificações conceituais. Em alguma medida, em exemplos de acesso à civilização industrial, Furtado faz referências aos Tigres Asiáticos, e suas formulações se aproximam muito do que temos na literatura. O acesso autônomo à civilização industrial acontece com a presença do Estado criando setores econômicos que visam à mudança do padrão de comportamento dos agentes econômicos de um papel imitativo para um empreendedor. Pode ser que Furtado tinha em mente esse processo, mas cabe salientar que sua preocupação está em estabelecer não somente melhores maneiras de aplicar o excedente, mas sim formas de se autonomizar o sistema econômico ancorado em valores sólidos.

§

Referências bibliográficas

- BECKER, G. *Human capital: a theoretical and empirical analysis with special reference to education*. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.
- CARDOSO, F. H.; FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina: ensaio de interpretação sociológica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, [2004] 1966.
- FAJNZYLBER, F. *La industrialización trunca de América Latina*. México, DF: Editorial Nueva Imagen, 1983.
- FURTADO, C. *Formação econômica do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, [2011] 1959.
- _____. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, [1967] 1979.
- _____. *O mito do desenvolvimento econômico*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1973.
- _____. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- _____. *Pequena introdução ao desenvolvimento: enfoque interdisciplinar*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.
- _____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HIRSCHMAN, A. O. The rise and decline of development economics. In: *Essays in trespassing: economics to politics and beyond*. Cambridge University Press, 1981.
- KALBERG, S. Max Weber's types of rationality: cornerstones for the analysis of rationalization process in history. In: *American Journal of Sociology*, v.85, n. 5, p.1145-1179, 1980.
- LEWIS, A. O desenvolvimento econômico com oferta de mão de obra ilimitada. In: AGARWALA A.N.; SINGH S.P. *A economia do subdesenvolvimento*. Tradução: Maria Celina Whately. Rio de Janeiro: Contraponto, [2010] 1954.
- LUCAS, R. On the mechanics of economic development. In: *Journal of Monetary Economics*, v. 22, p. 3-12, 1988.
- PREBISCH, R. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus principais problemas. In: *O manifesto latino-americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, [2001] 1949.
- _____. Problema teóricos e práticos do crescimento econômico. In: *O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Contraponto, [2001] 1951.
- ROMER, P. Endogenous technological change. In: *The Journal of Political Economy*, v. 58, p. S71-S102, 1990.
- RODRIGUEZ, O. *Teoria do subdesenvolvimento da Cepal*. Rio de Janeiro: Forense, 1981.
- SCHULTZ, T. Investment in human capital. In: *The American Economic Review*, v. 51, March, p. 1-17, 1961.
- WEBER, M. *Economy and society: an outline of interpretative sociology*. University of California Press. Edited by Guenther Roth and Claus Wittich, 1968.
- _____. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras. Tradução: José Marcos Mariani de Macedo, 2004.

Recebido em 02/03/2015

e aceito em 31/03/2015